

088.158.708-73). Assunto: REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SEI-OR CONVENIO. ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS CONVENIO. PERÍODO: 2019. CONVENIO Nº 5/2017 03/04/2017. PROCESSO Nº e-TC 8466/98917-5. PROCESSO Nº (ORIGEM) 005/2017. VIGÊNCIA 01/01/2019 A 31/12/2019. FONTE DE RECURSOS MUNICIPAL. VALOR R\$ 4.800.000,00. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-01. PROCESSO PRINCIPAL: 8466.989.17-5.

Defiro o requerido, pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação.

Publique-se.

Proc.: 00070839.989.21-1.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA (CNPJ 46.523.049/0001-20). Advogado: ANTONIO MAURO DE SOUZA FILHO (OAB/SP 253.194 / ED CARLOS ALVES LIMA (OAB/SP 305.297) / EDUARDO JOAO GABRIEL FLECK DA SILVA ABREU (OAB/SP 317.093) / LEONARDO AQUINO GOMES (OAB/SP 395.261). CONTRATADORA: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 05.340.639/0001-30). INTERESSADO(A): ROGERIO CARDOSO FARFIM (CPF 191.051.098-09). JOAQUIM PEREIRA DA SILVA (CPF 049.774.988-28). Assunto: Contrato nº 14/19, Objecto nº 42.599/2018. Pregão Presencial nº 100/2018, projecto a contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSOS/DEPENDENTES(S): 00008149.989.19-6; 00022501.989.19-8; 00008841.989.20-5; 00000119.989.21-8; 00005295.989.21-4.

Considerando que consta nos atos, que a contratada possuía a penalidade de impedimento de licitar, entendendo necessário o esclarecimento sobre a matéria, nesse sentido, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, assim ao responsável e a contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, para que tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que for de seus interesses.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

#### DESPACHOS DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Processo: TC-011540.989.21-7

Representante: Alfa Trailers Veículos EIRELI (p/ Daniel Bergamini Ruiz, OAB/SP nº 236.757)

Objeto: Prefeitura de Itatinga

Responsável: João Bosco Borges, Prefeito

Requisito: Impugnação ao edital de pregão eletrônico nº 03/2021, com vistas à "aquisição de uma unidade móvel para construção de animais (Castramóvel)".

Sessão Pública: 19 de maio de 2021.

Data da Impugnação: 14 de maio de 2021.

Alfa Trailers Veículos EIRELI formula representação em face do edital de pregão eletrônico nº 03/2021, lançado pela Prefeitura de Itatinga, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, com vistas à "aquisição de uma unidade móvel para castração de animais (Castramóvel)", cuja sessão pública encontra-se designada para 19 de maio de 2021.

Para a autora, o rol de documentos de habilitação ressaltou-se de atestados imprescindíveis à aferição da capacidade técnica, quais sejam, Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), Certificado de Capacitação Técnica (CCT) e laudo de ensaio de frenagem emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO.

Refuta, de antemão, quaisquer conjecturas sobre o potencial restritivo da obrigação entrega dos comprovantes, ao argumento de que sua obtenção integra o processo de fabricação de unidades móveis, impondo-se a inclusão em instrumento convocatório, à luz do artigo 30 da Lei de Licitações.

Segundo sustenta, também o licenciamento de veículos adaptados ou customizados requer a apresentação de CAT e CCT, conforme artigo 106 do Código de Trânsito Brasileiro, artigo 1º da Resolução CONTRAN nº 291, de 29 de agosto de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito, e item 4 da Portaria INMETRO nº 14, de 14 de janeiro de 2016, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

Esclarece, com arrimo nestes atos normativos, que a CCT consiste em título expedido por Organismos Acreditados pelo INMETRO para confirmação da idoneidade do processo produtivo, em resguardo à segurança dos usuários.

Lopo, os requisitos, indispensáveis para regular atividade no ramo de atividade econômica, a seu ver, reclamam previsão em edital.

Censura o rito de condução do pregão eletrônico, sob a compreensão de que o fechamento randômico da fase de lances destoa dos modos de disputa "aberto" ou "aberto e fechado" recepcionados no artigo 31 do Decreto Federal nº 10.024/19.

Além disso, entende que os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência contrariem-se ao dever de observância da disciplina conferida à matéria pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, pois deixam de atender às especificações das sugestões de planta básica acostadas ao artigo 0175/2019/ATMVP-SP, de 02 de abril de 2019 (evento 1.5).

As informações e oferta de impugnação conglobam em via administrativa, pendente de resposta, e o recebimento de comunicado extraoficial sinalizando possível negativa do pedido, postula a suspensão liminar do torneio, para que, ao fim, seja determinada a reificação do ato convocatório e republicação correspondente aviso.

Estes os fatos.

Em sede de exame prévio, a concessão de medida excepcional de suspensão de contradições litigiosas condiz-se à evidência de flagrante ilegalidade que configure risco potencial à competição ou à elaboração de propostas, elementos ausentes na demanda da representante.

É certo que a Lei Federal nº 8.666/93 oferece, no artigo 30, repertório exaustivo de critérios passíveis de averiguação na etapa de habilitação técnica das proponentes; sem embargo, compete à Administração, no exercício de seu apágnio privativo, selecionar, dentre eles, os quesitos mais adequados para garantia da satisfação do interesse público, respeitados os limites legais e as peculiaridades do caso concreto.

Nesta perspectiva, não se vislumbra motivo bastante para se demover presunção de legitimidade das opções estampadas no termo convocatório, a princípio, consentâneas à legislação de regência e ao posicionamento vigente nesta Corte de Contas.

Embora o Anexo II do edital dispense a apresentação de CAT e CCT para fins de habilitação, resta da apresentação técnica do objeto expressa indicação de que o veículo "deverá possuir todos os certificados para que possa transitar em vias públicas", em conformidade com os ditames da Resolução CONTRAN nº 291/2018 (evento 1.4, fl. 16).

Já o item 3.27 do Termo de Referência (Anexo I) atribui à contratada a obrigação de "fornecer o CASTROMÓVEL devidamente PLAQUEADO no município de Itatinga SP e o mesmo deverá possuir todos os certificados para que possa transitar em vias públicas, devendo atender-se para a Resolução nº 291/2018 do CONTRAN, a qual dispõe sobre concessão de código de marca-módelo/ versão para veículos e dar outras providências bem como do CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito), além do CAT (Certificado de Capacita-

ção Técnico Operacional) para as empresas transformadoras, encarregadoras, fabricantes de implementos rodoviários e importadoras representantes de marcas no Brasil fornecido pelo INMETRO" (evento 1.4, fl. 19), encargo reforçado na cláusula 3.27 da minuta de contrato (evento 1.4, fls. 37/38).

Outra, equivocou-se a autora ao inferir negligência à regulamentação infralegal, quando, de fato, cuidou o instrumento de convocação de incorporá-la aos atributos mínimos para aceitabilidade do bem, contexto no qual a reprodução dos demonstrativos correlatos na lista de pressupostos habilitatórios seria redundante, senão inócua.

Igualmente sob a égide das prerrogativas discricionárias do Poder Público, eventual investida contra a abstenção da exigência de laudos complementares do INMETRO extrapola a órbita de atuação sumária deste Tribunal, sobretudo porque, às avessas do quanto aduzido, o acréscimo de condições superfluas ensejaria o afunilamento da competição, ao arripio da lei.

A natureza meramente ilustrativa dos esboços gráficos encartados ao Ofício nº 0175/2019/ATMVP-SP, de 02 de abril de 2019 (evento 1.5) - documento sequer revestido de força normativa - em nada ocorre quebras firmadas no hipotético descompasso com seu teor.

Longe de relatar violação da disciplina aplicável à espécie, as objeções da representante denotam escuso interesse na prevalência da conformação espacial que se lhe afigure mais favorável, pretensão inócu a dar azo à interrupção in limine do fluxo natural do procedimento licitatório.

Invocação do Decreto Federal nº 10.024/19 como fundamento à reprovação dos trâmites de pregão eletrônico olvidou-se que a incidência do diploma regulamentar se restringe aos órgãos da administração pública federal.

Consignada no preâmbulo do edital subsunção aos preceitos do Decreto Municipal nº 1.628/09, cujo artigo 22, inciso XI, estipula o transcurso de "(...) período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances", o rito da contenda passa inócua a críticas.

Ante o exposto, adido aos tipos de insurgência, indeferido pleito de suspensão do pregão eletrônico nº 03/2021, da Prefeitura de Itatinga.

Registre-se, todavia, que as presentes conclusões, em caráter apriorístico, não esgotam a competência desta Corte para oportuna apreciação dos atos, nos termos das Instruções vigentes.

Publique-se.

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Processo: TC-001296.989.21-3

Contratante: Subsecretaria de Comunicação - Casa Civil

Administração da Unidade de Comunicação - Secretaria de Governo

Responsável: Eduardo Pugnali Marcos - Responsável pela Unidade de Comunicação

Contratada: Attachce de Presse Comunicação Ltda.

Representante legal: Don Rodrigues Bregantini

Objeto do contrato: Prestação de serviços de assessoria de imprensa e comunicação para a Subsecretaria de Comunicação

Em exame: 5º Termo aditivo ao Contrato nº 01/2017.

Face aos apontamentos da Fiscalização (evento 18), com fundamento no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, notificação responsável em epígrafe para, observado o prazo de 15 (quinze) dias, adotar providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentar justificativas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-000665.989.21-6

Conveniente: Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP - CNPJ: 17.455.396/0001-64

Conveniado: Universidade de São Paulo - USP - CNPJ: 63.025.530/0001-04. Advogados: Salvador Ferreira da Silva (OAB/SP 84.997); Giselda Freiria Prestotto (OAB/SP 161.603); Hamilton de Castro Teixeira Silva (OAB/SP 161.750); Ana Maria Cancoro Kammerer (OAB/SP 172.376); Maurício Montane Comin (OAB/SP 199.219); Adriana Fumie Aoki (OAB/SP 235.935); Yuen Soo Cheon (OAB/SP 236.245); Mariana Casagrande Tavorini de Almeida (OAB/SP 246.765); Omar Hong Koh (OAB/SP 259.733); Adriana Fragalle Moreira (OAB/SP 290.141); Daniel Kawano Matsumoto (OAB/SP 311.829); Rafael Seco Saravalli (OAB/SP 318.478) e Thiago Araoz de Castro Campos (OAB/SP 336.153).

Interessados: Rodolfo Jardim de Azevedo - Presidente; Vahan Agopyan - Reitor e Antonio Vargas de Oliveira Figueira - Diretor Executivo.

Referente: Prestação de Contas - Convênio s/nº assinado em 25/2/2019. Exercício de 2019. Processo nº 015618.989.19-8.

Face aos apontamentos da Fiscalização (evento 18), com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICÓ responsável em epígrafe para, observado o prazo de 15 (vinte) dias, pronunciarem-se nos autos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-001417.989.21-7

Principal: TC- 006810.989.20-2 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Guaréi CNPJ nº 46.634.267/0001-31

Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza - OAB/SP 109.013; Graziela Nóbrega da Silva - OAB/SP 247.092 e Rodrigo Pozzi Borba da Silva - OAB/SP 262.845.

Responsável: José Amadeu de Barros - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial Covid-19 - Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização da UR-09 - abril/2021 (evento 74)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICÓ o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-001562.989.21-0

Principal: TC- 007007.989.20-5 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Serra Azul - CNPJ nº 44.229.839/0001-71

Responsável: Augusto Frassetto Neto - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial Covid-19 - Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização da UR-06 - abril/2021 (evento 72)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICÓ o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-001602.989.21-2

Principal: TC- 007258.989.20-1 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Colina - CNPJ nº 45.291.234/0001-73. Advogados: Ângela Carboni Martinhoni, OAB/SP nº 197.017; Melissa Cristina Spexoto Camolesi, OAB/SP nº 198.001 e Eduardo Mariquela Polzeili, OAB/SP nº 274.764.

Responsável: Diab Taha - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial Covid-19 - Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização da UR-06 - abril/2021 (evento 89)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICÓ o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-001603.989.21-1

Principal: TC- 006659.989.20-3 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Rincão - CNPJ nº 56.338.247/0001-77

Responsável: Braz Rodrigues - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial Covid-19 - Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização da UR-13 - março e abril/2021 (eventos 49.2 e 49.8)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICÓ o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-001844.989.21-0

Processo Principal: TC-007211.989.20-7 (Contas de Prefeitura)

Órgão: Prefeitura Municipal de Leme - CNPJ: 46.362.661/0001-68

Advogados: Antonio Sergio Baptista, OAB/SP nº 17.111 e Juliana Rodas Aranha, OAB/SP nº 326.807.

Responsável: Claudemir Aparecido Borges - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial - Covid-19

Exercício: 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de abril/2021 (evento 88)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICÓ o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-001903.989.21-8

Principal: TC-007320.989.20-5 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Sorocaba - CNPJ nº 46.634.044/0001-74

Advogados: Douglas Domingos de Moraes - OAB/SP 185.885; Anderson Tadeu Oliveira Machado - OAB/SP 221.808; Cristiane Alonso Salao Piedemonte - OAB/SP 301.263; Erika Capella Fernandes - OAB/SP 330.995 e Laura Botto de Barros Nascimento Santos - OAB/SP 359.723.

Responsável: Rodrigo Magalhães - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial Covid-19 - Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização da UR-10 - abril/2021 (evento 83)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICÓ o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-000017.989.21-8

Processo Principal: TC-00006975.989.20-3 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras (CNPJ nº 46.371.654/0001-22)

Advogado: Jorge Alberto Gaimberti (OAB/SP nº 238.358)

Interessado: Jose Crecentino Bussaglia (CPF nº 024.437.198-98)

Advogado: Luis Felipe Alves (OAB/SP nº 344.531)

Assunto: Acompanhamento especial - Covid-19 - Exercício de 2021

na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-00001244.989.21-6

Processo Principal: TC-00007201.989.20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiúna (CNPJ nº 46.634.531/0001-37)

Interessado: Paulo Kenji Sasaki (CPF nº 122.549.228-90)

Assunto: Acompanhamento especial - Covid-19 - Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de abril/2021 (evento 81)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICÓ o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome